

TEXTOS TEATRAIS: O ACERVO DO ESPAÇO XISTO BAHIA

Isabela Santos Almeida^{*}
Eduardo Silva Dantas de Matos^{**}
Rosa Borges dos Santos^{***}

Resumo: Pretende-se, nesta comunicação, trazer informações a propósito do Acervo de Peças Teatrais que se encontram no Espaço Xisto Bahia. Os textos teatrais foram produzidos em um período de repressão na Bahia, aquele da ditadura militar. Desse modo, buscou-se identificar e quantificar o número de peças censuradas e não censuradas, fazer a descrição física dos suportes, e comentar, ao tomar os textos censurados, de forma breve, a natureza dos cortes e as categorias de censura. Mencionam-se ainda os trabalhos que serão desenvolvidos com tais textos.

Palavras-chave: Peças teatrais; Censura; Acervo.

INTRODUÇÃO

O Acervo do Espaço Xisto Bahia guarda uma memória da vida cultural baiana das décadas de 60 a 90. É durante o regime da Ditadura Militar que as manifestações artísticas serão submetidas a um forte controle do Estado. A arte como modo de transmissão de idéias identificadas como subversivas, ou ainda como representante de padrões de comportamento não desejáveis, será combatida com duras medidas.

Nesse contexto o Estado militar busca ter o controle criando leis que regulamentem essa prática. Destaca-se a lei nº 5.536 de novembro de 1968 do governo militar de A. Costa e Silva, que regulariza e institucionaliza a censura de obras teatrais e cinematográficas. É então criado o Conselho Superior de Censura e o Serviço de Censura de Diversões Públicas, uma divisão da Polícia Federal, que estaria encarregada de proibir a veiculação total ou parcial de obras teatrais e cinematográficas que estivessem em desacordo com a ideologia do referido governo.

Encarregados desse trabalho, os censores obrigatoriamente formados em filosofia, psicologia, jornalismo, ciências sociais, pedagogia ou direito, possuíam poderes para censurar total ou parcialmente um texto teatral, a partir da ideologia defendida pelo governo militar.

Segundo Rubem (2000, p.79-81), o advento da Ditadura Militar na Bahia provoca uma diminuição significativa da produção cultural do estado, entretanto, o teatro ainda se constituía como um modo de produzir cultura e resistir ao golpe militar, sendo o Teatro Vila Velha o centro dessa resistência, mesmo sofrendo duras perseguições e cortes de verbas.

Nesse sentido, as peças de teatro baianas do período da ditadura militar se constituem em raros testemunhos de uma época, que a todo custo tentou-se ocultar indicando as relações sociais e políticas daquela sociedade, bem como seus valores morais.

^{*} Aluna de Graduação do Curso de Letras – UNEB. Bolsista voluntária do Projeto de Pesquisa “Edição e estudo de textos teatrais produzidos na Bahia”, sob a responsabilidade da Profa. Dra. Rosa Borges dos Santos. E-mail: izza_almeida@hotmail.com – autora.

^{**} Aluno de Graduação do Curso de Letras – UNEB. Bolsista voluntário do Projeto de Pesquisa “Edição e estudo de textos teatrais produzidos na Bahia”, sob a responsabilidade da Profa. Dra. Rosa Borges dos Santos. E-mail: esdm06@gmail.com – co-autor.

^{***} Rosa Borges dos Santos é Professor Adjunto no Departamento de Ciências Humanas, Campus I, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Professor Adjunto no Departamento de Fundamentos para o Estudo das Letras do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Orientadora. E-mail: rosa.bs@terra.com.br.

Percebe-se, a partir dessa breve exposição, a importância de se conhecer e divulgar o acervo do Espaço Xisto Bahia, o qual se mostra como um espaço propício à reconstituição de um passado ocultado. Dentre as manifestações culturais que lá se encontram, destacam-se peças teatrais, censuradas ou não censuradas, nosso objeto de investigação. Nesse trabalho, pretende-se realizar uma descrição deste acervo, com o intuito de torná-lo conhecido pela comunidade acadêmica.

O ACERVO DO ESPAÇO XISTO BAHIA

Nesse acervo, além dos textos teatrais, há cartazes de peças, alguns jornais, que, como ainda não estão organizados, não puderam ser consultados para a elaboração deste artigo. Há também fotografias expostas no local, retratando algumas peças.

As peças teatrais são classificadas quanto a seu público, adulto e infantil, e organizadas em ordem alfabética, conforme sobrenome de seus autores. Faz-se ainda outra classificação: textos em forma de cordel (CO), textos de criação coletiva (CC), textos para apresentação em forma de espetáculo (TE) e textos cuja autoria não é conhecida (TSA).

Para o público adulto, temos um total de 826 peças no acervo, mais 120 recém-chegadas, totalizando, portanto, 946 peças. Os textos infantis somam 189, 20 recém-chegados ao acervo, nenhum deles apresentando cortes; 64 possuem mais de um testemunho e 26 desse total estão incompletos.

Procederemos a uma descrição mais detalhada do acervo das peças para adultos, detendo-nos às peças que estão no acervo há mais tempo, desconsiderando, portanto, as 120 recém-chegadas.

Como dissemos acima, são 826 as peças “mais antigas”, número que se divide quando passamos a estabelecer critérios para análise. Apenas em aproximadamente 35 % dos textos, há a informação da data. Nos outros 65%, a maioria, portanto, não se verifica tal informação.

As peças, em sua maioria, estão datilografadas em papel de formato ofício, são originais e/ou cópias, mimeografadas a álcool ou a óleo, ou ainda, xerocopiadas. Seu estado de conservação é bom, o que possibilita a realização de uma leitura satisfatória das mesmas. Normalmente, suas páginas, amareladas pelo tempo, apresentam marcas de furos ou grampos.

AS PEÇAS TEATRAIS

Na Bahia, vários autores tiveram os seus textos censurados de forma parcial ou total pelo Departamento da Polícia Federal (D.P.F.) ou pela Sociedade Baiana de Teatro (SBAT). Esses textos estão disponíveis no Inventário Documental de Textos, do Espaço Xisto Bahia, sob a responsabilidade de Edvalter Lima, e também no Banco de Textos da Escola de Teatro da UFBA.¹

As peças que passaram pelo crivo do censor trazem marcas que atestam sua ação: carimbo com a palavra “CORTE”, carimbos do DPF e da SBAT e sua provável rubrica. Os carimbos se constituem em importante marca da censura nos textos, visto que o certificado de liberação só teria validade se acompanhado do texto devidamente carimbado.

Quanto às peças não censuradas, há 383 no acervo, o equivalente a 46,3% do universo considerado. Parte desse número, 120 textos, possui mais de um testemunho, cujo número pode variar entre dois (uma parcela considerável) e oito (textos das peças *Navalha na carne* (1980), de Plínio Marcos, e *A comédia dos erros* (s/d) de autoria atribuída a William Shakespeare).

¹ Estes textos são objeto de estudo do Projeto de Pesquisa “Edição e estudo de textos literários e não literários baianos”, coordenado pelas Professoras Rosa Borges dos Santos e Maria da Conceição Reis Teixeira (UNEB).

Os textos censurados representam 53,7% do total pesquisado, o que equivale a 443 peças, das quais 126 apresentam cópias. O número de testemunhos para os textos censurados é variável, podendo-se verificar textos com duas, três e até nove cópias (caso de *A guerra mais ou menos santa* (s/d), de Mário de Brassini).

Dentre os textos censurados, apresentam cortes:

- *Fala baixo senão eu grito* ou *Aqui jaz Mariazinha Mendonça Moraes* (s/d), de Leila Assunção;
- *Cordel 5* (1977) e *As artes do crioulo doido* (s/d), ambas de João Augusto Azevedo;
- *Abre a janela e deixe entrar o ar puro e o Sol da manhã* (1976), de Antonio Bivar;
- *O Sr Putila e seu criado Malti* (1977), de Bertold Brecht;
- *A última provação* (s/d), de Samuel Brecht;
- *As moças: o beijo final* (s/d), de Isabel Câmara
- *Santo sepulcro para casal* (s/d), de A.C. Carvalho;
- *A flor da pele* (1969), de Consuelo Castro;
- *Eu quero é fazer blup, blup com você* (1977), criação coletiva;
- *Os da mesa dez* (s/d), de Osvaldo Dragun;
- *Tentação* (1982), de Emanuel Paulo;
- *Feliz Aniversário* (s/d), de José Niraldo de Farias;
- *Computa, computador, computa* (s/d), de Millôr Fernandes;
- *O parque dos índios* ou *A espinheira de Caramuru* (s/d), de Haydil Linhares
- *Irani* ou *Interrogações* (s/d), de Ariosvaldo Matos;
- *Greta Garbo, quem diria acabou no Irajá* (s/d), de Fernando Melo;
- *Contas de Senzala* (1977), de Antonio Mendes;
- *Ladrões de pensamentos* (1972), de Jair Oliveira Pinto de Mendonça;
- *Depois da guerra* (s/d), de Artur Miller;
- *O rei e sua corte* (s/d), de Luciano Palma do Nascimento;
- *“Em tempo” no palco* (1978), de Chico Ribeiro Neto;
- *A terceira revelação* (s/d), de Jaime Oliveira;
- *Check-up* (s/d), de Paulo Pontes;
- *Cenas na ceia* (1979), de Ademário Ribeiro;
- *O detetive Bezerra* (s/d), de João Ubaldo Ribeiro;
- *OTTAWY – Fábrica de homens* (1975), de Jô Ray Silwan;
- *Santuário* (s/d), de Alberto Sodrê e Lutero Maurício;
- *A dança da cruz* (1974), de Paulo de Tarso
- *Caça às feiticeiras* (s/d), de Tennessee Williams;
- *A Pelegrina* (s/d), de W.B. Yeats.

Natureza dos cortes

Os registros dos cortes eram feitos com lápis-cera vermelho, o trecho era identificado com o carimbo “corte”, na extensão do trecho a ser retirado. Quando esse carimbo não era utilizado, o censor escrevia de próprio punho “corte”. Com exceção a essa regra, era utilizada caneta de tinta azul, vermelha ou preta.

Em geral, a ação do censor se limitava a fazer cortes no texto, entretanto outros fugiam a esse padrão. Na peça de Haroldo Cardoso, *“Tem-tem baiano balangandã”*, presente em dois testemunhos, o censor sublinha alguns trechos, assinala outros com um “X” colocando interrogações em passagens que lhe geram dúvidas, observa que a peça possui uma analogia com

Jubiabá, de Jorge Amado, e assinala “*Idem Jubiabá*” (p.24). Além disso, faz um elogio à peça à página 19 “*bom, que trecho de bom nível / alto e muito bom nível no meio de/ ‘balangandã’*”. (CARDOSO, 1974, f. 19).

É válido ressaltar que os censores não atuavam apenas no texto, sua presença durante os ensaios gerais era necessária para a liberação da peça. Tomando ainda como exemplo a peça “*Tem-tem baiano balangandã*”, no testemunho 1 há o corte de “*Improviso*”, e no testemunho 2 a mesma palavra vem vetada, e acompanhada de observação: “*Não se trata de improviso/ de texto e sim de dança/ já devidamente examinada/ pelo censor no ensaio geral*”, declaração datada e assinada pelo representante do Departamento da Polícia Federal. Dessa forma, era uma prática dos censores chamarem atenção dos autores para os ensaios gerais. Na peça “*A flor da pele*” (CASTRO, 1974) encontra-se um certificado que indica a localização dos cortes e condiciona-os ao exame do ensaio geral. Isso pode se dar, também, diretamente no corpo do texto, como em “*A roupa nova do rei*” (CHECCUCCI, 1977, f.5), na qual o censor escreve de próprio punho: “*atenção para o exame do ensaio geral*”.

Os textos teatrais produzidos para serem encenados e marcados pela ação dos censores, através de cortes, da proibição, total ou parcial, da encenação, revelam características do período da ditadura militar na Bahia. São documentos de suma importância para o resgate da memória daquela época, da cultura, e essenciais para entender a história. Neles, por meio das anotações ali realizadas, identificam-se as formas de censura, política, social, religiosa e moral, confirmando a categorização já anteriormente feita por Costa, Gomes e Fígaro, em *Cena paulista* (2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de as peças teatrais do acervo já terem sido tomadas por pesquisadores de outras áreas do conhecimento como objeto de estudo, o olhar que aqui nos interessa é o dos estudiosos da linguagem, que, a partir do resgate desses textos, buscarão estudar a língua, a literatura, a cultura e a história da Bahia. Tal iniciativa está ligada ao projeto – *Edição e estudo de textos literários e não-literários baianos* – desenvolvido pelas professoras Dra. Rosa Borges dos Santos e Dra. Maria da Conceição Reis, executado no *campus I* da Universidade do Estado da Bahia, que tem como subprojeto, sob a responsabilidade da Profa. Dra. Rosa Borges dos Santos, *Edição e estudo de textos teatrais produzidos na Bahia no período da ditadura militar*.

Atuam na pesquisa deste Subprojeto, a mestrande Ludmila Antunes de Jesus, com o projeto de dissertação *Em busca do texto proibido: um resgate de textos teatrais baianos na década de setenta*; os bolsistas de iniciação científica com os projetos *Resgate de textos censurados no período da ditadura militar* e *Resgate de textos éditos durante o período da ditadura militar*, de Isabela Santos Almeida e Eduardo Silva Dantas de Matos, respectivamente, ambos sob a orientação da Profa. Dra. Rosa Borges.

Pretende-se, pois, depois da recolha desses textos da dramaturgia brasileira, preparar edições conforme os pressupostos teóricos da Crítica Textual. Desse modo, buscar-se-á reconstituir o texto fidedigno, texto-fonte, para embasar as investigações lingüísticas, literárias ou de outra natureza qualquer, apontando, por meio de uma postura crítica, aspectos que possam ser analisados por nós e /ou por outros especialistas, oferecendo novas perspectivas de estudo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 5.536, de 21 de novembro de 1968. Dispõe sobre a censura de obras teatrais e cinematográficas, cria o Conselho Superior de Censura, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 21 de nov. 1968. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br/censuraconselhosuperior.htm>>. Acesso em: 16 jul. 2006.

CARSOSO, Haroldo. **Tem-tem baiano balangandã**. [Salvador], 1974. 39 f.

CASTRO, Consuelo. **A flor da pele**. [Salvador], 1974. 44 f.

CHECCUCCI, Deolindo. **A roupa nova do rei**. [Salvador], 1977. 22 f.

COSTA, C. Castilho; GOMES, M. Rodrigues; FÍGARO, R. **Cena Paulista** - um estudo da produção cultural de São Paulo de 1930 a 1970 a partir do Arquivo Miroel Silveira da ECA/USP1, 2005. Disponível em
<<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/16826/1/R2307-1.pdf>> Acesso em: 12 jul. 2006.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Comunicação, mídia e cultura na Bahia contemporânea**. Disponível em:
<http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/analise_dados/pdf/leituras_ba_1/pag_74.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2006.